



Assembleia Municipal de Odivelas

ATA Nº 18/2012

ATA DA 14ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2012 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Aos onze dias do mês de outubro do ano dois mil e doze, pelas vinte horas e vinte minutos reuniu a Assembleia Municipal de Odivelas, em 14ª Sessão Extraordinária de 2012, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sito na Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, em Odivelas, sob a Presidência de Sérgio Constantino Paiva, António Real da Fonseca, José Carlos Pires, como 1º e 2º Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

II – PERÍODO ANTES DAS ORDENS DO DIA-----

III- PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

PONTO 1 - Proposta de fixação da participação variável no IRS 2012 -----

PONTO 2 - Proposta de fixação da taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) – 2012 -----

PONTO 3 - Proposta de fixação das taxas do imposto municipal sobre imóveis respeitantes ao ano de 2012 a liquidar em 2013 -----

PONTO 4 - Proposta de fixação da taxa de derrama em 2012 a aplicar em 2013 -----

PONTO 5 - Prémio de distinção empresarial - Proposta de regulamento e formulário de candidatura -----

PONTO 6 - Proposta de atribuição de medalhas municipais no âmbito do 14º Aniversário do Município de Odivelas - Medalha de Honra do Município, Grau Ouro -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Nos termos legais aplicáveis, realizou-se as seguintes substituições: -----

Na bancada do **PS**, o Membro da Assembleia Municipal, **Eugénio Marques**, pelo Membro **Corália Rodrigues** -----

Na bancada do **PS**, o Membro da Assembleia Municipal, **Tânia Beleza**, pelo Membro **Alcina Trindade** -----

Na bancada do **PS**, o Membro da Assembleia Municipal, **António dos Santos Rodrigues**, pela sua substituta, **Cristina Silvestre** -----

Na bancada do **PSD**, o Membro da Assembleia Municipal, **Maria João Nascimento**, pelo Membro **Paula Paçó**.-----

Na bancada do **PSD**, o Membro da Assembleia Municipal, **Gabriel Dias**, pelo Membro **Aftab Altaf Tayob**.-----

Na bancada da **CDU**, o Membro da Assembleia Municipal, **Joaquim Campos**, pelo Membro **Adventino Amaro** -----

Distribuída a folha de presenças aos Membros da Assembleia Municipal, verificou-se a presença dos **38** Membros da Assembleia Municipal, tendo-se registado a ausência do Membro da Assembleia Municipal **Fátima Amaral** e **Cristina Azedo**, pela da **CDU**; -----

A Câmara Municipal fez-se representar na Assembleia Municipal, nos termos legalmente aplicáveis, pela Sr.^a Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, **Susana Amador** e os Senhores Vereadores que compõem o executivo camarário, tendo-se registado as ausências dos Senhores Vereadores, **Paulo Aido**, **Hernâni Carvalho**, como Independentes, **Sandra Pereira** e **Carlos Bodião**, pela Bancada do **PSD** -----

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

O **Sr Presidente da Assembleia** informou todos os presentes que se registou uma intervenção do público. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Usou da palavra o **Sr. Luís Queiroz**, tendo feito referência à Pecuária (maus cheiros e infiltrações provocadas por um vizinho) no prédio em regime de propriedade horizontal na freguesia da Ramada.-----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara Municipal, para prestar os esclarecimentos que teve por convenientes-----

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi proposto ao plenário o agendamento de uma Sessão Extraordinária tendo em conta a pronúncia por parte das Assembleias Municipais relativamente à reorganização administrativa, para o dia 15 de Outubro, pelas 17h30m, estando desde já todos os presentes devidamente convocados, tendo sido aprovado por unanimidade; -----

Havendo quórum, o **Sr. Presidente da Assembleia** deu início ao **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia**, propôs que se desse início ao **Período das Intervenções Políticas de Interesse Relevante**, tendo usado da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----

Pela bancada da **CDU**, foi apresentada uma **Proposta de Deliberação sobre "Documento Verde"**, que seguidamente se transcreve: (documento nº1).-----

"Considerando a publicação do denominado Documento Verde e a posterior publicação da Lei n.º 22/12, de 30 de Maio, lei que a ser aplicada irá ter implicações significativas para o futuro em muitos concelhos do país e, em particular para os concelhos mais populosos, com complexos desafios territoriais e de gestão de proximidade; -----

Considerando a recente criação do município de Odivelas, a sua área geográfica e a atual população, cerca de 150 mil habitantes, divididos por sete freguesias, cuja história e tradição não se confundem;-----

Considerando que as freguesias se pronunciaram recentemente sobre a Lei n.º 22/12, de 30 de Maio, votando pela manutenção do actual quadro administrativo no concelho de Odivelas;-----

Considerando que qualquer redução de freguesias, contribuiria para afastar as populações dos seus órgãos eleitos, prejudicando o critério de proximidade, com bons resultados obtidos na concretização dos seus anseios; -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Tendo ainda em consideração as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal de Odivelas, sobre o "Documento Verde", em 13 de Dezembro de 2011 e sobre a proposta de Lei, em 8 de Março de 2012, portanto antes da publicação de Lei 22/12, de 30 de Maio de 2012; -----

Considerando ainda que está decorrer o prazo de pronúncia das Assembleias Municipais, nos termos do artigo 11º da Lei; -----

E considerando que esse mesmo prazo termina no próximo dia 15 de Outubro; -----

A Assembleia Municipal de Odivelas, reunida extraordinariamente, em 11 de Outubro de 2012 decide:-----

- 1. Reiterar a posição anteriormente assumida de 13 de Dezembro de 2011, nomeadamente, o respeitante ao eixo 2, com o documento conjunto, em anexo, assinado por todos os presidentes de junta de freguesia do concelho; -----*
- 2. Reiterar a posição assumida em 8 de Março de 2012, através das Moções aprovadas nesta Assembleia, que se anexam; -----*
- 3. Assumir, como parte integrante desta deliberação, as últimas moções aprovadas em todas as Assembleias de Freguesia do concelho, referentes à Lei 22/12; -----*
- 4. Reiterar a oposição veemente à fusão / extinção de qualquer freguesia no concelho de Odivelas."-----*

Presidente da Junta de Freguesia de Caneças, pela bancada da **CDU**, **Armindo Fernandes**, fez uma intervenção para a retirada do documento nº 1, tendo em conta o agendamento da sessão extraordinária no próximo dia 15 de Outubro de 2012 -----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**; -----

Presidente da Junta de Freguesia de Caneças, pela bancada da **CDU**, **Armindo Fernandes**, -----

José Falcão, pela bancada do **BE**; proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

"A semana passada falei de incompetência da Assembleia e logo seguir fomos ao auditório da Póvoa Stª Adrião. E se duvidas houvesse da incompetência desta Câmara Municipal, basta ver o que ocorre com este auditório, para perceber da incúria e da incompetência de termos um local daqueles a ver-se se apodrece. É isto que se trata quando se fala de preguiça e de incompetência.-----

No teste de saúde da DECO deste mês, a piscina de Odivelas está na pior situação em 28 piscinas de norte a sul deste país. Quatro são negativas porque tiveram "legionella", mas além desta bactéria, que entretanto foi resolvida, há outros itens que a piscina de Odivelas a pior de todas. Era para saber o que se passa.-----

Outra questão, é quando se fala de competência, transparência e de honestidade, basta ver os jornais do Público, para não falarmos de outros, para ver que nosso dirigentes, Primeiro Ministro e Ministro Adjunto,



Assembleia Municipal de Odivelas

nomeadamente, andaram a fazer até bem pouco tempo. E já se percebe porque é que o Sr Ministro José Relvas não há meio de sair do governo. Eu andei procura no dicionário o significado da palavra mafia e não encontro, nem mafiosos. Mas o que ocorreu com as empresas de Sr Pedro Passos Coelho bem como do Sr José Relvas, a promiscuidade entre as Câmaras, a CCDR, os Ministros e os Partidos, neste caso JSD e o PSD, é sintoma que isto está a saque. A impunidade é completa.”-----

José Carlos Pires, pela bancada da **CDU**; -----

Miguel Cabrita, pela bancada **PS**; -----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**; proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

“Mais uma vez temos que discordar frontalmente não sobre esta declaração mas sobre outras que têm sido feitas anteriormente, para não estar a ferir por comentar uma declaração política, mas temos que discordar totalmente as declarações do PS, que age e omite deliberadamente a sua responsabilidade em todo este processo que nos conduz a uma manifesta desvalorização do trabalho, à redução dos salários não só dos trabalhadores da função pública, mas também dos reformados e pensionistas.-----

Como todos sabemos, a maior parte das medidas aplicadas neste momento são resultado do pedido de ajuda, feito pelo PS e assinado pelo mesmo, consubstanciadas no memorando de entendimento, assinado com a chamada TROIKA. Isto foi há pouco mais de um ano.-----

E hoje o PS em vez de fazer uma “meia culpa” relativamente à sua responsabilidade em todo este processo, cavalga toda e qualquer onda de indignação como qualquer partido de extrema esquerda, mas mais tarde ou mais cedo, vai ser vítima da sua radicalização do discurso. Para já pode ser o descrédito dos governantes mas amanhã será certamente o descrédito de todos os políticos, incluindo aqueles que desempenham funções autárquicas.-----

Objetivamente as propostas alternativas apresentadas pelo PS e daquilo que conhecemos pela comunicação social bem como pela voz do seu secretário geral, é a promessa de ser restaurado o feriado de 5 de outubro, e a promessa inoportuna e demagógica da diminuição do número de deputados na Assembleia Republica. Não é que o PSD não tenha já defendido já essa medida, alias rejeitada há uns anos pelo PS. Mas sendo lançada no período de convulsão social como o que vivemos, é fácil vender, mas é essencialmente inoportuna por estamos num processo de elaboração do orçamento de Estado para 2013, e dá a sensação que não havendo mais ideias, há necessidade de criar factos políticos.-----

É muito pouco para um partido que tem naturais expectativas de chegar ao poder. Tenho a certeza que o povo português estaria mais interessado em ouvir que, quando chegasse ao poder o PS iria repor a legislação laboral anterior, repor os subsídios aos trabalhadores da função pública, aos reformados e



Assembleia Municipal de Odivelas

pensionistas, mas aquilo que o PS tem para nos dizer é que irá repor o feriado de 5 de outubro e a diminuição número de deputados. É muito pouco.-----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU**; -----

Eduarda Barros, pela bancada **PS**, apresentou uma declaração política que seguidamente se transcreve: -----

"Teve lugar no passado dia 5 de Outubro a comemoração do centésimo segundo aniversário da implantação da República, ou, no dizer de Matoso, da segunda fundação de Portugal. Há 102 anos que os portugueses homenageiam esta data com um dia de feriado nacional e ainda há escassos dois anos o erário publico despendeu avultada verba para as comemorações do centésimo aniversário da República, sob a égide do Senhor Presidente da Republica, Aníbal Cavaco Silva.-----

A Republica é, como todos sabemos, um sistema político que inscreve o primado do individuo livre como matéria-prima para a construção de uma entidade colectiva – a nação republicana – que passa a ter prioridade sobre o individuo, ele próprio, e tendo sempre presente que a liberdade não consiste apenas em limitar o poder, mas sobretudo em participar do poder.-----

O republicanismo português instaurado em 1910 caracterizou-se ainda pela defesa do laicismo da vida pública e pela utopia de " formar na terra um governo ideal", citando Matoso, tendo usado como símbolos fortes desta visão do mundo, da política e da pátria o hino, a bandeira e o culto dos mortos ilustres. Tudo isto os portugueses celebraram no passado dia 5 de Outubro com um dia de feriado, mas no que ao feriado diz respeito foi-o pela última vez.-----

Tendo ascendido ao governo de Portugal uma governança cuja literacia de tabloid resulta num exercício de poder onde a jurisprudência dos interesses não se embaraça com a História, que claramente submete à contabilidade, e simultaneamente faz do poder da res pública uma espécie de cocktail de barman amador, apregoando o que julga o útil para depois fazer o que lhe convém, dizendo-se, desdizendo-se e contradizendo-se num discurso muitas vezes à beira do delírio. Foi este governo que cancelou sem se perceber porquê a celebração do feriado alegórico da Republica.-----

É pois este governo que quer fazer da História passada e presente um romance, mas a História não é um romance, sobretudo num país de tão grande memória. No romance basta por e compor. Na História não basta. Tem de inscrever-se na terra com as mãos, com o pensamento, com a ação e é por isso necessário, é imperioso que a celebração da República não seja interrompida.-----

O governo tirou o feriado aos portugueses mas há a rua, as autarquias, as escola e academias, os centros de dia, os clubes desportivos, há a música, as artes, a literatura, o cinema e o teatro, a poesia, etc. É necessário responder com festa e com memória a esta triste, desmemoriada e crispada decisão do governo.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

*Até que aconteça uma de duas coisas, ou o governo saia, ou o governo perceba que a história não é um modelo de engenharia social e liberal, nem tão pouco um laboratório onde se misturam leituras apressadas com atitudes de chico espertismos pseudo pragmáticos e que a memória de um povo é para respeitar. -----
Disse." -----*

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**; -----

Miguel Xara Brasil, pela bancada do **CDS/PP**; -----

Susana Guerreiro, pela bancada **PS**, apresentou uma declaração política que seguidamente se transcreve:-----

"Assinalou-se ontem, dia 10 de Outubro, o 21º Dia Mundial da Saúde Mental.-----

Em Portugal, a Sociedade Portuguesa de Psiquiatria e Saúde Mental, denunciou que "O orçamento para a saúde mental é uma pequeníssima parte daquilo que deveria ser e, sem essa modificação qualitativa, é impossível fazer um plano coerente. É necessário fazer uma reformulação em relação ao que é a realidade actual", acrescentando que o Plano Nacional de Saúde Mental "É apenas um plano ideologicamente fundamentado sem possibilidades de resposta às necessidades concretas da população portuguesa nos dias de crise financeira de hoje".-----

O Caso de Odivelas advinha-se dramático. A Unidade Comunitária de Cuidados Psiquiátricos de Odivelas (que realiza cerca de 13.000 consultas/ano), uma das quatro que integram o Hospital de Júlio de Matos, tem desenvolvido um importante serviço psiquiátrico de proximidade à Comunidade, tratando os doentes na sua área de residência, junto das suas famílias e também próximo dos médicos de família e clínicos gerais que os assistem e fazem uma primeira triagem das suas patologias em geral. A grande mais-valia desta valência tem sido exatamente esta capacidade de articulação muito próxima com os médicos de família, mas também com toda a rede comunitária local, o que explica o elevado grau de sucesso na reabilitação e inserção social e familiar dos doentes mentais seguidos nesta instituição.-----

A área de Dia, o Hospital de Dia, os fóruns socio-ocupacionais, o projeto "Pro- Atos" (de identificação de patologias na comunidade), a abordagem multi- disciplinar e as articulações com entidades externas, em particular a Câmara Municipal de Odivelas, que, para além do apoio a diversas atividades, tem colocadas nesta unidade duas psicólogas a tempo inteiro, são fatores absolutamente determinantes para a plena reabilitação do doente mental, permitindo-lhe a aquisição ou recuperação das competências pessoais necessárias a uma vida plena e autónoma.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

A Associação Comunitária de Saúde Mental de Odivelas, que hoje aqui está a fazer uma recolha de fundos e que a bancada do PS saúda, também se situa no mesmo edifício, é uma IPSS que funciona em complementaridade com este serviço, promovendo um conjunto de atividades importantes junto dos doentes, como ateliers de artes plásticas, expressão corporal, saídas ao exterior, etc., tem sido fundamental para este trabalho.-----

Consideramos que o Hospital Beatriz Ângelo, ao contrário do que está previsto no contrato de parceria, deve funcionar em estreita cooperação com esta entidade, de forma a não destruir todo o trabalho feito pela Psiquiatria Comunitária neste Concelho.-----

Aliás, foi com satisfação que a Comissão de Saúde e Assuntos Sociais tomou conhecimento que este é também entendimento da Direção Clínica de Psiquiatria do HBA, que a aposta deve ser esta, pelo que é urgente que a RS reveja a sua posição, sob pena de colocar em causa o tratamento e a reinserção social de milhares de doentes no Concelho de Odivelas."-----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD** proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve; -----

"Um pequeno apontamento de resposta à senhora deputada Susana Guerreiro que recorda mais uma vez a queda do governo Sócrates por ação conjugada dos restantes partidos. -----

É preciso lembrar que o governo do engenheiro José Sócrates era um governo minoritário no entanto comportava-se com se tivesse uma maioria na Assembleia da República, a senhora deputada está certamente esquecida dos sucessivos pacotes de austeridade.-----

O PS teve oportunidade, muito recentemente, de votar na Assembleia da República as moções do PCP e do BE contra este governo, mas não o fizeram, provavelmente porque sabem que existe uma maioria e que a vossa ação não teria efeito prático, ou será, porque lá bem no fundo sabem que este governo está a fazer aquilo que os senhores iriam ter de fazer para equilibrar as contas públicas? -----

Mas a minha intervenção é mais virada para uma resposta à senhora deputada Lúcia Lemos que veio aqui falar de meter tudo no mesmo cesto, mas a senhora deputada esquece o seguinte: Não se chega ao cesto devido a ações de rua como o PCP tanto gosta, chega-se ao cesto através de eleições e dessa forma a senhora deputada sabe perfeitamente que é quase impossível o PCL chegar lá.-----

A senhora deputada falou igualmente de submarinos e de alta tecnologia que importamos da Alemanha, mas a senhora deputada esquece que, uma das figuras históricas que o PCP tanto gosta de invocar, mais concretamente Karl Marx, também é oriundo da Alemanha, como pode ver nem tudo o que vem da Alemanha é mau."-----

António Ramos, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----



Assembleia Municipal de Odivelas

"Eu gostava de a propósito da intervenção do deputado José Falcão, fazer duas perguntas ao executivo. Na semana passada a comissão de atividades económicas deslocou-se, por proposta de um membro do PSD, ao auditorio da Póvoa Stº Adrião. Como moro na Póvoa há cerca de 40 anos, conheço desde essa altura o auditorio, não sei qual é a ligação o Sr deputado José Falcão, se apareceu aqui de "paraquedas" nas Câmara, se conhece o concelho, qual é a ligação que tem. Mas eu conheço o auditório da Póvoa.---- A pergunta é se o executivo tem números de quanto é que custará a recuperação do auditorio de modo a ser aberto, para funcionar.-----

A segunda pergunta é, recorde-me que nos anos 2002, 2003 e 2004, sob a gestão da Odivelcultur o auditorio esteve aberto, e eu algumas vezes fui ao auditório, e qual era a audiência? Meia dúzia de pessoas. Gostaria de saber se temos números das receitas que havia em certas sessões na Odivelcultur. Porque é muito fácil criticar o fecho do auditorio, mas quando aparecem os números de outros centros culturais, com milhares de visitantes, com uma ocupação grande, depois critica-se que Câmara tem que adiantar dinheiro. Quanto é que não custaria o auditorio da Póvoa?-----

A terceira pergunta, vem a propósito de uma informação que Srª deputada Lúcia Lemos deu à pouco, eu também não gostei daquela noticia dos carros, mas gostava de saber porque é que a Srª deputada, quando a Câmara comprou um carro para o gabinete dos vereadores da CDU, não veio demonstrar a sua vontade. Isto é que eu gostava de saber. Aí calamo-nos, é muito bom criticar numas alturas mas depois calamo-nos. A pergunta que faço, é se realmente é verdade que a Câmara no decorrer de ano de 2012, comprou um carro, que por acaso é um igual ao que foi comprado pelo gabinete do PS na Assembleia Republica.-----

E já permitam-me dois ou três à partes, não vou falar nem em descredito (como falou deputado Luis Salmonete) nem nos disparates do Passos Coelho, Sr. deputado se quiser ter acesso às muitas promessas que ele fez, basta aí ao Google, encontra lá todas e depois o Sr diz assim, este "sacana" enganou-nos de uma maneira. Se for preciso eu digo as promessas dele. -----

Amigo Miguel Xara Brasil, estava espera que viesse falar do partido do contribuinte ou nos especialistas de 23 ou 24 anos, a ganhar milhares, a aumentar despesa do Estado. Isso não fala.-----

Vêm falar dos tais défices colossais que nunca ninguém confirmou, nem a famosa TROIKA nem a comunidade europeia, mas vocês continuam nessa."-----

José Falcão, pela bancada do BE; apresentou uma intervenção em defesa da honra, face à intervenção acima referida, que seguidamente se transcreve:-----

"A intervenção do António Ramos evidenciou bem o nível a que pode descer quando não há argumentos.



Assembleia Municipal de Odivelas

*Nunca saltei de paraquedas, até posso dizer que não sou de cá, nasci no algarve, mas a verdade é que fui eleito, e estou aqui com o mesmo direito que tu tens. Durante quatro anos tivemos um presidente que era tão paraquedista como eu e nunca usei esse argumento para dizer uma coisa dessas.-----
Portanto é preciso ver que desceu baixo, mas temos pena que o deputado António Ramos ultimamente tem mostrado que ainda pode ser."-----*

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU**; proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

"Peço desculpa pelo meu riso de à pouco, foi espontânea mas a reação do Sr deputado Luis Salmonete, foi inevitável. Mas vamos ao que interessa Sr deputado Luis Salmonete eu não me esqueci de que de facto algumas das ideias que mudaram o mundo vieram da Alemanha, não me esqueci mas também não era a apologia que vinha aqui fazer, vinha falar dos dinheiros públicos, dos défices dos países do sul, das compras que fizeram (ou foram obrigados a fazer) à Alemanha, para que ela possa puder mandar na europa. Era disto que falava. Mas já agora espero que Sr deputado também não se esqueça que no seu partido, as ideias de Karl Marx inspiraram muita gente, ao ponto de estarem hoje como Presidente da Comissão Europeia. Então não se esqueça que há muita gente que se inspirou nessas ideias e que hoje é militante de base ou de estrutura partidária ao mais alto nível, no seu partido. Quanto a isso estamos empatados, aí sim é que há um volte face enorme.-----

Sr Deputado António Ramos, relativamente ao carro do gabinete da CDU, de facto é tão lamentável o meu riso à pouco como a sua referencia a esta situação, sendo que o riso foi muito mais genuíno.-----

Que nós saibamos, e a Srª Presidente disse nesta Assembleia, explicou quando lhe foi perguntado do porquê da frota Câmara ter sido mudada, explicou que era muito mais barato adquirir carros para autarquia do que manter os alugueres de longa duração que tinha ou os carros em manutenção. Não se recorda? Eu recordo-me.-----

Nós questionámos a compra da frota, não do gabinete da CDU, é de toda a frota da Câmara. E foi assim explicado pela Srª Presidente. V.Exa está agora a desmentir a Srª Presidente, porque afinal comprou só um carro para o gabinete da CDU, e não sabíamos nós que o gabinete da CDU era tão importante, que afinal teve um carro só para si. Essa referencia é tão demagógica como o líder do vosso partido, há falta de qualquer assunto, falar na redução do numero deputados na Assembleia Republica, ou seja, quando os Srs querem atacar de qualquer maneira qualquer intervenção que se faça, pelo facto de eu ter referenciado os gastos feitos pelo grupo parlamentar do PS, do erário publico, e sem resposta sequer satisfatória, vão buscar os exemplos mais absurdos, porque de facto para responder a uma coisa que é obvia, que vem nas noticias, e que nem sequer tem a ver com esta Câmara, porque aquisição das viaturas da frota da Câmara que eu saiba já foi algum tempo, nem sequer foi no contexto que estamos a



Assembleia Municipal de Odivelas

viver atualmente, em que os portugueses estão a literalmente estão a ser assaltados à mão armada pelo Ministério das Finanças e a mando da Sr^a Merkel.-----
A demagogia, infelizmente, quando há falta de argumentos validos a utilizar, chegamos a esse resultado, portanto uma vez mais as minhas desculpas pela risota.”-----

António Ramos, pela bancada do **PS**, apresentou uma intervenção em defesa da honra face à intervenção acima referida, que seguidamente se transcreve:-----

“Sr. Deputado José Falcão para quem começou a sua intervenção a chamar incompetentes à Câmara, e é usual isso, quem é o Sr para dizer que eu baixei o nível quando tem sido o Sr a baixar o nível nesta Assembleia.-----

Sr.^a Deputada Lúcia Lemos leu a notícia que eu li, e o que o líder da bancada do PS diz é que com a compra que foi efetuada, a Assembleia Republica vai poupar cem mil euros ano. A Sr.^a leu isso, mas não referiu aqui, nem quis indicar, porque isso já não interessa informar. A notícia diz que foram comprados e que essa compra implica que a Assembleia Republica poupe cem mil euros ano.”-----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, foi dada a palavra à **Sr.^a Presidente da Câmara**, para prestar os respetivos esclarecimentos.-----

Retomada a discussão usaram da palavra os seguintes membros da assembleia municipal:-----

José Carlos Pires, pela bancada da **CDU**; -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, foi dada a palavra à **Sr.^a Presidente da Câmara**, para prestar os respetivos esclarecimentos.-----

Após este período, o **Sr. Presidente da Assembleia** deu início à discussão do Ponto integrado na **Ordem do Dia**. -----

PONTO 1 – PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS 2012 -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Presente para deliberação, a Proposta de fixação da participação variável no IRS 2012, de acordo com a informação nº Interno/2012/8965 de 2012.09.18, remetida pela Senhora Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal, aprovada na 19ª reunião ordinária da câmara municipal, de 2012.09.03, que se encontra arquivada na pasta da presente reunião, por fotocópia, pelo que se dá como reproduzida. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** deu a palavra à **Sr.ª Presidente da Câmara** para apresentação do referido Ponto -----

No âmbito da discussão do ponto, não se registaram intervenções. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia**, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado Maioria, com os votos a favor do PS, PSD, CDU, BE e Independente e com as abstenções da bancada do CDS/PP e MPT** -----

PONTO 2 – PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP) --

Presente para deliberação, a proposta de fixação da taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) - 2012, de acordo com a informação nº interno/2012/8964 de 2012.09.18, remetida pela Senhora Presidente a esta Assembleia Municipal, aprovada na 19ª reunião ordinária de 2012, da câmara municipal de Odivelas, de 03.09.2012, que se encontra arquivada na pasta da presente reunião, por fotocópia, pelo que se dá como reproduzida. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** deu a palavra à **Sr.ª Presidente da Câmara** para apresentação do referido Ponto. -----

No âmbito da discussão do ponto, usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal:-----

José Falcão, pela bancada do **BE**; apresentou uma recomendação que seguidamente se transcreve:-----

"A Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) foi criada pela Lei das Comunicações Eletrónicas. Segundo o nº 2 do artigo 106º da lei nº 5/2004 de 10 de Fevereiro, "os direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas "Acessíveis ao público, em local fixo, dos



Assembleia Municipal de Odivelas

domínios publico e privado municipal podem dar origem ao estabelecimento de uma taxa municipal de direitos de passagem (TMDP)".-----

"A TMDP é determinada com base na aplicação de um percentual sobre cada fatura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município".-----

Segundo a Lei Geral Tributária, as taxas assentam na prestação concreta de um serviço público ou na utilização de um bem de domínio público. Há assim que questionar por que motivo o cliente final dos serviços das operadoras de telecomunicações é sujeito passivo da TMDP, já que são as operadoras de telecomunicações quem efetivamente utiliza o bem de domínio público. A TMDP é, na verdade, a contraprestação pela concessão de um direito de utilização do subsolo, direito esse que é concedido pelos municípios às operadoras de telecomunicações e não aos consumidores finais.-----

A aplicação da TMDP tem gerado grande controvérsia. O Provedor de Justiça e a Associação Nacional de Municípios Portugueses tomaram posições muito críticas sobre a TMDP. Os municípios reclamam, muito justamente, que as empresas de telecomunicações, embora apresentem lucros muito avultados, nem sempre transferem para os municípios os valores, ou todos os valores, que cobram aos consumidores. Muito recentemente, e apenas como exemplo, a imprensa divulgou que uma Câmara Municipal tinha recebido de uma operadora, a PT Comunicações S.A, um cheque de 27 cêntimos. Sucede que a lei nº 5/2004 também não prevê qualquer sanção para as operadoras de telecomunicações pelo incumprimento do artigo 106º, pelo que são absolutamente necessárias alterações à Lei nº 5/2004 de 10 de Fevereiro.-----

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em 11 de Outubro de 2012 recomenda:-----

- 1. Solicitar à Assembleia da República uma alteração à lei nº 5/2004 de modo a que as operadoras de telecomunicações, e não os consumidores finais, passem a pagar diretamente a TMDP;-----*
- 2. Defender que a lei nº 5/2004 passe a prever coimas significativas aos incumpridores do artigo 106º, para que as empresas não fujam ao respectivo pagamento aos municípios."-----*

Alcina Trindade, pela bancada do **PS**; apresentou uma intervenção que será convertida em declaração de voto; -----

Presidente da Junta de Freguesia de Caneças, pela bancada da **CDU**, **Armindo Fernandes**, apresentou uma intervenção que será convertida em declaração de voto; -----

Miguel Xara Brasil, pela bancada do **CDS/PP**; -----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU**; -----

Miguel Cabrita, pela bancada do **PS**; -----



Assembleia Municipal de Odivelas

O Sr. Presidente da Assembleia, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado Maioria, com os votos a favor do PS, PSD, CDS/PP e Independente e com os votos contra do BE, CDU e MPT** ----

Pelos Membros da Assembleia Municipal, **Alcina Trindade**, Presidente de Junta de Freguesia de Caneças, **Armindo Fernandes** e **Luís Salmonete**, pelas bancadas do **PS, CDU e PSD**, foram apresentadas **declarações de voto** que seguidamente se transcrevem:-----

Alcina Trindade-----

"A Bancada do Partido Socialista sempre aqui exprimiu com total clareza, que não concordamos que esta taxa seja cobrada aos consumidores, pois sendo uma taxa que incide sobre a utilização do Subsolo Municipal por empresas prestadoras de serviços de comunicação eletrónica, deveriam ser essas mesmas empresas que fazem uso do subsolo a suportá-la na totalidade. O Legislador assim não o entendeu.----- Assim e considerando que a receita cobrada, apesar de não ser significativa, no ano de 2011 a sua receita foi de apenas um pouco mais de vinte mil euros, receita que também contribui para o tão necessário equilíbrio orçamental e que no presente, a CMO, com a diminuição confirmada das receitas municipais, não deve abdicar de todos os tipos de receita, de modo a não colocar em causa os diversos programas de apoio.-----

Neste sentido, a bancada do Partido Socialista exprime o seu apoio à proposta trazida a esta Assembleia pelo Executivo Municipal, que irá votar favoravelmente."-----

Armindo Fernandes-----

"É conhecida a posição da CDU nesta matéria. E, porque consideramos de facto que o direito de passagem competia aos operadores e não aos utentes, por esta razão, naturalmente a CDU vota contra."-----

Luís Salmonete-----

"O Partido Social Democrata sempre considerou que esta taxa deveria ser suportada pelas operadoras e por isso apresentou há uns anos essa sugestão aos seus deputados na Assembleia da República e votou favoravelmente moções já apresentadas nesta Assembleia Municipal. -----

Apesar de considerar que o valor cobrado pelo município aos seus munícipes é irrisório, por uma questão de moralização reafirmamos as nossas posições anteriores mas consideramos ao mesmo tempo que o município não poderá prescindir da verba, até que a situação atual seja modificada.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

**PONTO 3 – PROPOSTA DE FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS
RESPEITANTES AO ANO DE 2012 A LIQUIDAR EM 2013**

Presente para deliberação, a Proposta de fixação das taxas do imposto municipal sobre imóveis respeitantes ao ano de 2012 a liquidar em 2013, de acordo com a informação nº interno/2012/8967 de 2012.09.18, remetida pela Senhora Presidente a esta Assembleia Municipal, aprovada na 19ª Reunião Ordinária de 2012, da Câmara Municipal de Odivelas, de 03.09.2012, que se encontra arquivada na pasta da presente reunião, por fotocópia, pelo que se dá como reproduzida.

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara para apresentação do referido Ponto.

No âmbito da discussão do ponto, usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal:---

Miguel Xara Brasil, pela bancada do **CDS/PP**; -----

Luis Salmonete, pela bancada do **PSD**; -----

José Falcão, pela bancada do **BE**; -----

Presidente de Junta de Freguesia de Caneças, **Armindo Fernandes** pela bancada da **CDU**; -----

António Ramos, pela bancada do **PS**; proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto -----

Luis Salmonete, pela bancada do **PSD**; proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto -----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU**; -----

Miguel Xara Brasil, pela bancada do **CDS/PP**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

"Ouvindo nós o atual executivo municipal, nomeadamente agora mais o PS criticar tanto atividade governo, que são uns bandidos, que estão a roubar aos pobres, eu considero que tinham agora aqui uma excelente oportunidade para dizer que eram muito amigos das pessoas. Porque se sabem como é que se faz então que o façam, alias já o podiam ter feito há muito mais anos. Alias há vários anos andamos a dizer que em Odivelas todos são taxadas excessivamente, é tudo ao máximo e agora tira-se, zero, zero vinte e cinco, sabendo que os prédios vão ser reavaliados, portanto a receita vai ser muito maior, e anda-se com discursos a dizer: "afinal nós somos muito amigos das pessoas, o governo é que é mau". -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Pergunto, se podiam fazer isto no tempo das vacas gordas, no tempo do Sr Engº José Socrates, no tempo em que havia dinheiro para tudo, porque é que não se fez quando se podia fazer, e agora que nem sequer o podem fazer, porque não têm as condições o fazer, o fazem. E não fazem de forma de clara, como dizem que o fariam se fossem o governo, que é ajudar as pessoas, ajudar verdadeiramente a população. Vêm fazer agora, e não o fizeram nem há dois, nem há três anos, porque agora estamos a um ano de eleições! Claro que isto é populismo, e efetivamente não vão baixar as despesas que as famílias vão ter com o IMI, só não sobem tanto, sobem menos 4% da despesa iriam ter."-----

Carlos Lopes, pela bancada do **PS**; -----

Miguel Xara Brasil, pela bancada do **CDS/PP**, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto; -----

Susana Guerreiro, pela bancada do **PS**; -----

Carlos Lopes, pela bancada do **PS**; -----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU**; -----

Susana Guerreiro, pela bancada do **PS**; -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** deu a palavra à **Sr.ª Presidente da Câmara Municipal** para prestar os esclarecimentos que teve por convenientes. -----

Retomada a discussão usaram da palavra os seguintes membros da assembleia municipal:-----

José Falcão, pela bancada do **BE**; -----

Luis Salmonete, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção em defesa da honra; -----

O **Sr. Presidente da Assembleia**, colocou o documento à votação tendo sido **aprovado por maioria**, com os votos a favor do **PS, PSD e Independente** e votos contra do **CDS e BE** e com as abstenções da **CDU e MPT**; -----

Pelos Membro da Assembleia Municipal, **Miguel Xara Brasil, António Ramos, e Luis Salmonete**, pelas bancadas do **CDS/PP, PS e PSD**, foram apresentadas **declarações de voto** que seguidamente se transcrevem:-----

Miguel Xara Brasil-----



Assembleia Municipal de Odivelas

"A bancada do CDS vota contra, porque não conseguiu obter uma resposta sobre uma proposta que foi aprovada há dois anos e que foi solicitada agora à Senhora Presidente da Câmara a resposta à mesma e portanto como não tivemos o estudo que foi pedido e foi aprovado aqui na Assembleia há dois anos, é mais um elemento para votarmos contra esta proposta."-----

António Ramos-----

"O Imposto Municipal sobre os Imóveis é, como todos sabemos, um dos principais instrumentos de financiamento das autarquias locais, senão o principal, no caso da CMO cerca de 30% das receitas municipais, no caso do ano de 2011. Estamos bem conscientes desta realidade, assim como estamos bem conscientes da situação de grave crise a que o atual governo de direita conduziu o País."-----

Ao contrário do muito que foi dito e prometido que aqui não vamos recordar, hoje, a situação do País é de miséria a todos os níveis."-----

De miséria, resultado de uma política que destruiu a economia, continua a destruir muitas empresas, a destruir muitas famílias, a destruir o País."-----

E mais grave, continua a teimar-se na mesma política de austeridade."-----

Bem consciente da atual situação, consciente da responsabilidade social perante os nossos cidadãos, o executivo municipal entendeu submeter a esta Assembleia as taxas de IMI para o ano de 2012 e a liquidar em 2013. Proposta de que salientamos para os prédios urbanos – 0,675%, e prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI – 0,4%. Esta proposta e se comparada com o ano de 2011 reduz em 0,125% a taxa para os prédios urbanos e mantém as taxas para os prédios urbanos ao abrigo do CIMI assim como para os prédios rústicos."-----

Esta não sendo a proposta que todos desejaríamos é a possível neste momento, mas é também um pequeno apoio aos mais necessitados, não esquecendo que o Município de Odivelas tem compromissos e responsabilidades que têm que continuar a cumprir. Uma outra redução das taxas, como alguns defendem, significaria uma quebra de receita significativa, o que por si só, comprometeria os investimentos em áreas fundamentais ou o não cumprir com as obrigações assumidas."-----

Anunciam-se em termos de OGE grandes alterações, há quem fale em assalto, das taxas de IMI a liquidar em 2013 mas referentes ao ano de 2012, resultado em parte das avaliações em curso mas também da eliminação da cláusula de salvaguarda. Segundo um estudo da Associação dos Profissionais e Empresas de Mediação Imobiliária de Portugal, as receitas de IMI no próximo ano terão um acréscimo de 80%, isto é cerca de 900 milhões de euros, com outros a avançarem com importâncias de outra grandeza. "-----

Este aumento que apenas deveria ocorrer no ano de 2015, vai traduzir-se em aumentos brutais e pior ainda em muitas penhoras por dívidas. Neste sentido, a bancada do Partido Socialista manifestando o seu total apoio à presente proposta, sugere ao Executivo Municipal que caso se confirme uma muito maior



Assembleia Municipal de Odivelas

receita em termos da cobrança de IMI no ano de 2013 e caso se venha a verificar a recuperação financeira em toda a receita, que seja analisada a viabilidade de no próximo ano as taxas referentes ao ano de 2013 possam vir a ser reduzidas. Esta seria sem qualquer dúvida, uma medida de muita justiça, mas acima de tudo uma ajuda prestada aos mais necessitados." -----

Luis Salmonete-----

"Para lá da proposta de fixação da taxa do IMI a aplicar em 2013, que foi apresentada e aprovada quase unanimemente na reunião de câmara do passado dia 3 de outubro, o que é de saudar, temos algumas considerações políticas que resultam das declarações de voto apresentadas nomeadamente pelo Partido Socialista e que nos foram entregues para análise deste ponto. -----

Mais uma vez temos de discordar com as considerações avançadas pelo Partido Socialista, que age e omite deliberadamente a sua responsabilidade em todo este processo que nos conduz a uma manifesta desvalorização do trabalho, à redução dos salários, não só dos trabalhadores da função pública, como mencionam, mas também dos reformados e pensionistas. -----

Como todos sabemos uma parte muito substancial, direi mesmo, a maior parte das medidas aplicadas neste momento são o resultado do pedido de ajuda feito pelo Partido Socialista e assinado pelo mesmo Partido Socialista, consubstanciadas no memorando de entendimento assinado com a chamada "Troika", e isso aconteceu há pouco mais de um ano.-----

E hoje o PS, em vez de fazer um mea culpa relativamente à sua responsabilidade em todo este processo, cavalga toda e qualquer onda de indignação como qualquer partido da extrema-esquerda, mas, mais tarde ou mais cedo vai ser vítima da sua radicalização do discurso, para já poderá ser o descrédito dos governantes, mas amanhã será certamente o descrédito de todos os políticos incluindo aqueles que desempenham funções autárquicas. -----

Objetivamente as propostas alternativas apresentadas pelo PS e daquilo que conhecemos pela comunicação social e pela voz do seu secretário-geral é a promessa de ser restaurado o feriado do 5 de Outubro e a promessa inoportuna e demagógica da diminuição do número de deputados na Assembleia da República. -----

Não é que o Partido Social Democrata não tenha já defendido essa medida, aliás rejeitada há uns anos pelo PS, mas sendo lançada num período de convulsão social como o que vivemos, é fácil "vender", mas é essencialmente inoportuna porque estamos num processo de elaboração do Orçamento de Estado para 2013, e dá a sensação que, não havendo ideias há necessidade de criar factos políticos.-----

É muito pouco para um partido que tem naturais expectativas de chegar ao poder.-----

Tenho a certeza que o povo português estaria mais interessado em ouvir que, quando chegasse ao poder o Partido Socialista iria repor a legislação laboral anterior, repor os subsídios aos trabalhadores da função



Assembleia Municipal de Odivelas

pública e aos reformados e pensionistas, mas aquilo que o PS tem para nos dizer é que irá repor o feriado do 5 de Outubro e a diminuição do número de deputados. Mais concretamente no que diz respeito ao IMI, que vamos hoje votar. Nós estamos globalmente de acordo que se faça uma profunda avaliação em todas as áreas e que daí tivesse resultado o denominado " Programa Municipal Anti Austeridade", mas dentro desse pacote havia uma medida que, a ser aprovada, resultaria num aumento de 20% (0,4% para 0,475%) no valor do IMI para os prédios avaliados nos termos do CIMI. Digo resultaria, porque felizmente, o vereador Carlos Bodião do PSD, em plena reunião de Câmara chamou a atenção da senhora presidente da câmara para aquilo que seria um aumento efetivo deste imposto. -----

Após um intervalo o valor de 0,4% foi acordado e foi esse valor que acabou por ser aprovado em reunião de câmara para vigorar no próximo ano. -----

Chamamos a isto uma atitude construtiva, na linha de atuação que tem pautado os autarcas do PSD e também para aqueles que questionam a atenção do PSD no executivo. -----

Também não podemos deixar de mencionar o facto histórico que é a abstenção dos senhores vereadores da CDU na aprovação deste imposto que espero sejam acompanhados por posição idêntica nesta Assembleia Municipal pelos senhores deputados municipais. -----

Face ao atrás exposto o Partido Social Democrata, está pois, mais do que nunca, confortável com as tabelas propostas e com a votação favorável." -----

PONTO 4 – PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA DE DERRAMA EM 2012 A APLICAR EM 2013 -----

Presente para deliberação, Proposta de fixação da taxa de derrama em 2012 a aplicar em 2013, de acordo com a informação nº 2012/8966 de 2012.09.18, remetida pela Senhora Presidente a esta Assembleia Municipal, aprovada na 19ª Reunião Ordinária de 2012, da Câmara Municipal de Odivelas, de 03.09.2012, que se encontra arquivada na pasta da presente reunião, por fotocópia, pelo que se dá como reproduzida. -----

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra à **Sr.ª Presidente da Câmara** para apresentação do referido Ponto.-----

No âmbito da discussão do ponto, usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal:----

José Falcão, pela bancada do **BE**; proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto;



Assembleia Municipal de Odivelas

Afonso Simão, pela bancada do **PS**; proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto; -----

Miguel Xara Brasil; pela bancada do **CDS/PP**; proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

"Primeiro para esclarecer que na reunião de câmara de dia 17 de setembro de 2012, e em Assembleia Municipal de 29 de setembro de 2012, a Câmara Municipal de Ponte de Lima, abdicou da totalidade da receita do IRS, cobra o IMI em prédios urbanos em 0,35, a 0,7 e não 0,8. Portanto não está no máximo, pode ir ver ao site que está lá tudo. E mais isenta de derrama todas as empresas que se instalem no concelho. Esta proposta que hoje está em apreciação, nós nem percebemos bem o que ela quer dizer, nem sabemos como é que ela vai ser controlada, porque ela diz qualquer coisa como: "desde de que fique provado que no ano de 2012, se crie mais empregos.-----

Esta proposta diz que se isenta de derrama as empresas que se instalem no concelho e que aumentem o número de empregados em função de 2012. Eu gostava de saber como é que vão controlar isto, como é que vão saber se as empresas aumentam ou mantêm o mesmo número de postos de trabalho de 2012.---

Como igualmente gostava de saber se uma proposta idêntica para estudar o espetro económico do concelho, foi feita e aprovada aqui, se o estudo da realidade económica do concelho, está feito ou não ao fim de dois anos, ou fim de três, como foi pedida na comissão de atividades económicas.-----

Gostava de saber se já sabemos a tipologia de empresas que temos no concelho. Ao fim deste período todo ainda não houve tempo para fazer a caracterização económica do concelho. Não há hipótese de sabermos se podemos ou não isentar de derrama as empresas que têm certificado de responsabilidade ambiental, as empresas que tenham deficientes a cargo, as empresas que criem mais 10% de postos de trabalho. Nós não temos elementos ao fim deste tempo todo, para poder avaliar como deve ser, que de facto pode ou não, haver isenção de derrama nesses casos.-----

E portanto esta Câmara que se diz tão amiga do contribuinte, tão amiga da economia, tão amiga do comércio local, que faça o trabalho de casa e nos apresente os números nos estudos que são solicitados, para que se possa com clareza, podemos ou não, é uma boa medida ou não, isentar ou não de derrama esta ou aquela empresa, este ou aquele comércio."-----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU**; -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia** foi dada a palavra à **Sr.ª Presidente da Câmara** para prestar esclarecimentos que teve por convenientes.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

Pela Sr.^a Presidente da Câmara foi solicitado ao Sr. Presidente da Assembleia autorização para que o Sr. Vereador Mário Máximo que prestasse os esclarecimentos complementares, tendo sido concedido.-----

Retomada a discussão usaram da palavra os seguintes membros da assembleia municipal:-----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU**; -----

Sérgio Paiva, pela bancada do **PS**; -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia** foi dada a palavra ao Sr. Vereador Mário Máximo que prestasse esclarecimentos complementares; -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia** foi dada a palavra à **Sr.^a Presidente da Câmara** para prestar esclarecimentos que teve por convenientes.-----

O **Sr. Presidente da Assembleia**, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por Maioria**, com os votos contra das bancadas do **BE** e **CDS/PP** e com as abstenções dos deputados Municipais **Lúcia Lemos** e **José Carlos Pires** e pela bancada do **MPT** e com os votos a favor dos demais Deputados -----

Pelos Membros da Assembleia Municipal, **José Falcão**, **Afonso Simão**, **Miguel Xara Brasil** e **Lúcia Lemos**, pelas bancadas do **BE**, **PS**, **CDS/PP** e **CDU**, foram apresentadas **declarações de voto** que seguidamente se transcrevem: -----

José Falcão-----

"Sobre a Derrama continuamos a achar e tendo em conta que isto é sobre os lucros das empresas, que deve haver uma diferenciação. Ninguém deve estar isento, portanto voltamos a dizer que não deve haver isenção, que é um sinal, mas que deve ser até 150.000 mil 0,5% e mais de 150.000 mil 1,5%. Porque evidentemente isto significa que as pessoas estão aqui a trabalhar, estão aqui a produzir, estão aqui a ter os lucros e é uma ligação ao coletivo e neste sentido votamos assim."-----

Afonso Simão-----

"À semelhança de outros impostos, também a cobrança de Derrama no corrente ano, apresenta uma diminuição, esta na ordem dos 42%, valores conhecidos do passado mês de Agosto. É uma realidade que



Assembleia Municipal de Odivelas

não podemos ignorar. Também não podemos ignorar que será em situações de crise, que se reflete obrigatoriamente em muitas empresas, que se reflete nas empresas que no quadro atual ainda conseguem sobreviver, que somos e seremos 1 parceiro. É nesta conjuntura que teremos de tomar decisões no sentido de incentivar, não só a continuação da sua atividade, mas também, a sua constituição.-----

Entendemos assim, como muito positivas as propostasostas agora em discussão:-----

- Isenção de Derrama para todas as empresas que instalem a sua sede social no Concelho de Odivelas no ano de 2013, e que comprovem ter mantido ou criado novos postos de trabalho face ao ano de 2012.

- Aplicação de uma taxa de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, para as empresas que não se enquadrem no previsto na proposta anterior.-----

Somos, em primeiro lugar, favoráveis à fixação desta taxa em 1,5%, em nome da solidez financeira da Câmara Municipal de Odivelas, mas também por entendermos ser desta forma, distribuído equitativamente, o esforço conjunto que todos os sujeitos, pessoais ou coletivos, têm vindo a fazer no sentido de ultrapassar a crise financeira.-----

Entendemos por fim, que atendemos desta forma, não só aos anseios dos agentes de atividade económica interessados em investir e em empreender, mas também, corresponder às necessidades dos munícipes nas mais diversas áreas de ação na atividade camarária, através do contributo de quem, e ainda, tem condições de ser tributado.-----

Neste sentido, a bancada do Partido Socialista exprime o seu apoio à proposta trazida a esta Assembleia pelo executivo municipal, que votará favoravelmente.-----

Miguel Xara Brasil-----

"A bancada do CDS vota contra, porque não conseguiu obter uma resposta sobre uma proposta que foi aprovada há dois anos e que foi solicitada agora à Senhora Presidente da Câmara, a resposta à mesma e portanto como não tivemos o estudo que foi pedido e foi aprovado aqui na Assembleia há dois anos, é mais um elemento para votarmos contra esta proposta.-----

Mais uma vez não foi dada resposta às perguntas que fiz sobre uma proposta aqui apresentada e que foi aprovada há dois anos e mais uma vez, não houve resposta como é o caso da caracterização do tecido empresarial em Odivelas."-----

Presidente de Junta de Freguesia de Caneças, Armindo Fernandes, em nome individual; apresentou um **voto de protesto**, que seguidamente se transcreve:-----



Assembleia Municipal de Odivelas

"Relativamente a este ponto, de facto estamos em crer que não está devidamente esclarecido ou então a opção política que foi feita não é a melhor, as empresas que se instalem durante o ano 2012 em Odivelas e garantam estes parâmetros dos postos de trabalho, não têm qualquer isenção, estes experimentalismo com a política e com o dinheiro dos contribuintes dá estas confusões, experimentamos de uma maneira, agora experimentamos de outra, onde estão os estudos que isto dê algum resultado de experiências anteriores é puro experimentalismo, e depois dizem que os políticos estão descredibilizados, poem-se a jeito."-----

Dado o adiantado da hora o Sr. Presidente da Assembleia propôs que se fosse encerrada a sessão. Colocou a consideração a retirada dos pontos, passando os mesmos para a próxima sessão extraordinária, tendo sido aprovado por unanimidade -----

Nada mais havendo a tratar, o **Sr. Presidente da Assembleia** declarou encerrada definitivamente a Sessão pelas 00h22m, dela se tendo lavrado Minuta, a qual, depois de lida pelo 2.º Secretário, aprovada por Maioria, com 6 votos contra da bancada da CDU e os votos a favor das bancadas do BE, PS, PSD, independente, CDS e MPT, foi assinada pelo 1.º Secretário, pelo 2.º Secretário e pelo Senhor Presidente.

O Senhor Presidente: -----

O 1º Secretário: -----

O 2º Secretário: -----

The block contains three handwritten signatures. The top signature is the largest and most stylized, likely belonging to the President. Below it are two smaller signatures, likely belonging to the 1st and 2nd Secretaries respectively.